

RESPOSTA A 1ª DILIGÊNCIA

À Comissão Permanente de Licitação

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes – GOINFRA

Concorrência Eletrônica nº 028/2026

Processo administrativo nº 202500005041094

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de conservação preventiva de pavimentos asfálticos, a serem prestados nos municípios que compõe o Lote 78 do Programa Goiás em Movimento – Eixo Municípios (Cachoeira Dourada, Gouvelândia, Inaciolândia, Maurilândia, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra).

Empresa **TULSA CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º **40.496.619/0001-53**, portadora da Inscrição Estadual Nº.: 10.821.761-2, e Inscrição Municipal Nº.: 3110060994, estabelecida à Rua R-14, n.º 185, Qd. R15, Lt. 09, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP: 74.125-160, neste ato representado pelo seu sócio **GABRIEL PARREIRA MACHADO**, inscrito sob o CPF: 041.145.221-58, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado **LICITANTE**, vem respeitosamente, à presença dessa Douta Comissão, apresentar resposta à **DILIGÊNCIA** solicitada, no âmbito do processo em epígrafe.

A presente manifestação visa atender, de forma clara e objetiva, aos pontos técnicos e administrativos indicados no referido Relatório de Diligência, demonstrando o pleno atendimento aos requisitos de exequibilidade, transparência e conformidade técnica da proposta apresentada por esta licitante. s inconsistências apontadas serão respondidas e esclarecidas no documento que se segue.

I. Cotações de Insumos Críticos:

Em atenção ao apontamento constante da diligência, referente à ausência das cotações de mercado dos insumos críticos RC-1C com polímero e RR-1C, cumpre esclarecer que as referidas cotações encontram-se devidamente anexadas à presente manifestação, para fins de comprovação e saneamento da inconsistência apontada.

As cotações apresentadas foram obtidas junto a distribuidores, em conformidade com o disposto no Art. 3º, inciso III, da Portaria nº 121/2025-GOINFRA, contemplando todas as informações exigidas pelo normativo, quais sejam:

- identificação da licitante;
- indicação do local de entrega;



- dados cadastrais completos do fornecedor (razão social, CNPJ, telefone, endereço e e-mail);
- proposta de preço formal para os insumos;
- indicação da modalidade de frete.

Dessa forma, as cotações ora apresentadas atendem integralmente às exigências estabelecidas pela Portaria nº 121/2025-GOINFRA, permitindo a verificação da compatibilidade e da exequibilidade dos preços considerados na formação da proposta.

II. Adequação de cotações:

Ressalte-se que, em observância ao Artigo 3º, inciso III, da Portaria nº 121/2025-GOINFRA, a licitante apresentou de forma regular a indicação expressa da modalidade de transporte e da localização do fornecedor nas cotações de materiais e insumos inicialmente apresentadas.

Em atenção ao apontamento constante da diligência, esclarece-se que as cotações foram devidamente atualizadas, tendo sido obtidos novos orçamentos junto a fornecedores do mercado. Em razão da consolidação e atuação da empresa no setor, foi possível negociar condições comerciais mais vantajosas, resultando em valores mais competitivos para os insumos cotados.

Cumprir destacar que as cotações revisadas foram apresentadas na modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight), estando os custos de transporte já incorporados ao valor final dos materiais, com entrega nos locais indicados no projeto. Dessa forma, o frete encontra-se devidamente internalizado no preço cotado pelos fornecedores.

Assim, não há incidência de custo adicional de transporte a ser destacado, tampouco necessidade de detalhamento específico da Distância de Transporte (DT) ou da demonstração do cálculo do binômio, uma vez que o custo logístico já se encontra contemplado no valor global da cotação apresentada, em consonância com os princípios da economicidade, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

V. Documentação de Equipamentos

Em atenção ao apontamento constante da diligência, referente à necessidade de apresentação da documentação comprobatória de propriedade (posse) ou instrumentos contratuais de locação dos equipamentos previstos no orçamento, cumpre esclarecer que a documentação solicitada encontra-se devidamente anexada à presente manifestação.



Foram apresentados os documentos comprobatórios relativos exclusivamente aos equipamentos que serão efetivamente utilizados na execução da obra objeto da licitação, em estrita observância ao escopo estabelecido.

Destaca-se que a documentação encaminhada contempla:

- comprovação de propriedade ou posse dos equipamentos, quando aplicável;
- instrumentos contratuais de locação, nos casos correspondentes;
- identificação dos equipamentos, com a indicação do ano de fabricação, conforme exigido.

VI. Índices de BDI

Inicialmente, cumpre destacar que o percentual de BDI efetivamente adotado na formação dos preços unitários da proposta foi de 13,35%, conforme demonstrado no respectivo demonstrativo de BDI e nas composições de custos apresentadas.

O valor global da proposta foi integralmente calculado com base nesse percentual, não havendo qualquer impacto ou alteração no preço final ofertado à Administração.

A divergência apontada, referente ao percentual de (10,05% e 10,19%), constante nas planilhas de exequibilidade e de desconto linear, decorreu exclusivamente de vínculo incorreto entre as planilhas, ocasionado por erro material na consolidação dos arquivos, o que não reflete o critério efetivamente utilizado na formação dos preços da proposta.

Ressalta-se, portanto, que:

- O BDI de (10,05% e 10,19%) não foi utilizado na formação do preço da proposta;
- O valor final apresentado permanece compatível e exequível, tendo sido calculado com base no BDI de 10,05%;
- Não houve majoração, distorção ou qualquer alteração no valor global da proposta apresentada.

Para fins de saneamento da inconsistência e garantia da transparência, seguem anexas as planilhas revisadas, devidamente uniformizadas e compatibilizadas entre si, refletindo corretamente o percentual de BDI de 13,35% e 11,13% em todos os demonstrativos.

VII. Desconto em Despesas Financeiras



Em atenção ao apontamento referente ao percentual de 1% adotado para o item “Despesas Financeiras” na composição do BDI, cumpre esclarecer que o referido percentual foi definido com base nas condições específicas da estrutura financeira da licitante, sendo plenamente compatível com a viabilidade econômica e a exequibilidade da proposta apresentada.

Inicialmente, destaca-se que os intervalos referenciais constantes do Acórdão nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União possuem natureza meramente orientativa, sendo utilizados como parâmetros de referência para análise da Administração, não configurando limites obrigatórios ou vinculantes para a composição do BDI das licitantes.

O próprio Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento no sentido de que a composição do BDI pode variar conforme a estrutura de custos, a capacidade operacional e a estratégia empresarial de cada licitante, devendo a análise da Administração se concentrar na exequibilidade global da proposta, e não apenas na aderência estrita a valores estatísticos de referência.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes precedentes do TCU:

No Acórdão nº 325/2007 do Tribunal de Contas da União – Plenário, o Tribunal reconheceu que a composição do BDI pode apresentar variações em razão das condições específicas de cada empresa e contrato, destacando que:

“A composição do BDI pode variar em função das características da empresa e das condições de execução do contrato, não havendo obrigatoriedade de adoção de percentuais fixos.”

Tal entendimento reforça que a estrutura de custos indiretos depende da realidade econômico-financeira da empresa e de sua estratégia operacional.

Nesse julgado, o Acórdão nº 1.793/2011 do Tribunal de Contas da União – Plenário, reafirmou que os parâmetros utilizados pela Administração são indicativos, devendo ser analisados com razoabilidade:

“Os parâmetros de referência utilizados para a análise da composição do BDI não devem ser interpretados como limites absolutos ou obrigatórios, devendo a Administração avaliar a exequibilidade da proposta à luz das circunstâncias concretas do caso.”

Assim, admite-se a adoção de percentuais distintos quando houver justificativa técnica plausível.

O acórdão nº 2.622/2013 do Tribunal de Contas da União – Plenário, consolidou estudo estatístico nacional sobre BDI em obras públicas, apresentando



intervalos referenciais para seus componentes. Contudo, o próprio Tribunal ressalta que tais percentuais:

“devem ser utilizados como parâmetros de referência para análise da Administração, não constituindo valores obrigatórios para a composição do BDI pelas empresas licitantes.”

Portanto, os intervalos apresentados correspondem a faixas estatísticas de mercado, utilizadas para subsidiar a análise de razoabilidade.

Nesse julgamento, o Acórdão nº 3.077/2012 do Tribunal de Contas da União – Plenário, destacou que a avaliação da Administração deve priorizar a exequibilidade global da proposta, evitando análise isolada de itens específicos:

“A análise da exequibilidade deve considerar a proposta como um todo, não sendo recomendável a desclassificação baseada exclusivamente em componentes isolados da composição de custos.”

Esse entendimento impede que um único elemento da planilha seja utilizado, isoladamente, como motivo de desclassificação.

Tal entendimento reforça o princípio da ampla competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração. No caso específico da presente proposta, a adoção do percentual de 1% para Despesas Financeiras decorre de condições operacionais próprias da licitante, dentre as quais se destacam:

- utilização predominante de capital próprio para financiamento das atividades operacionais;
- baixo nível de endividamento financeiro, reduzindo os encargos financeiros incidentes sobre a execução contratual;
- gestão eficiente de fluxo de caixa e planejamento financeiro, permitindo absorver eventuais custos financeiros residuais sem impacto significativo na estrutura de custos.

A memória de cálculo apresentada demonstra que os custos financeiros estimados para a execução contratual são compatíveis com o percentual adotado, não havendo comprometimento da viabilidade econômico-financeira da proposta.

Adicionalmente, visando atender aos parâmetros de referência adotados pela Administração, a licitante promoveu a adequação do percentual de Despesas Financeiras ao limite correspondente ao primeiro quartil. Para fins de manutenção do equilíbrio da composição do BDI e sem qualquer prejuízo à Administração Pública, procedeu-se ao ajuste do percentual relativo à Administração Central, de modo que não houve alteração no valor final do BDI anteriormente apresentado.



Assim, considerando o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União quanto à natureza referencial dos parâmetros de BDI, bem como a justificativa técnica apresentada, entende-se que o percentual adotado mostra-se plenamente justificável e exequível, não havendo qualquer irregularidade ou afronta aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis.

Dessa forma, resta demonstrada a compatibilidade da composição do BDI com a realidade econômico-financeira da licitante, mantendo-se preservadas a exequibilidade, a competitividade e a vantajosidade da proposta apresentada à Administração.

VIII. Desconto em Licenças Ambientais

Em atenção ao apontamento referente à aplicação de desconto de 20% nos itens relativos às Licenças Ambientais de Administração e Canteiro, cumpre informar que, após a verificação da inconsistência apontada, os valores foram devidamente revisados e ajustados conforme as tabelas oficiais aplicáveis aos custos cartoriais e às taxas dos órgãos reguladores competentes.

Dessa forma, o desconto anteriormente aplicado foi adequado, passando os referidos itens a refletirem os valores compatíveis com os parâmetros oficiais, em conformidade com as exigências normativas e com a metodologia de formação de preços adotada para a proposta.

IX. Insumos e Logística

Ressalte-se que, em observância ao Artigo 3º, inciso III, da Portaria nº 121/2025-GOINFRA, a licitante apresentou de forma regular a indicação expressa da modalidade de transporte e da localização do fornecedor nas cotações de materiais e insumos inicialmente apresentadas.

Em atenção ao apontamento constante da diligência, esclarece-se que as cotações foram devidamente atualizadas, tendo sido obtidos novos orçamentos junto a fornecedores do mercado. Em razão da consolidação e atuação da empresa no setor, foi possível negociar condições comerciais mais vantajosas, resultando em valores mais competitivos para os insumos cotados.

Cumprido destacar que as cotações revisadas foram apresentadas na modalidade CIF (*Cost, Insurance and Freight*), estando os custos de transporte já incorporados ao valor final dos materiais, com entrega nos locais indicados no projeto. Dessa forma, o frete encontra-se devidamente internalizado no preço cotado pelos fornecedores.

Assim, não há incidência de custo adicional de transporte a ser destacado, tampouco necessidade de detalhamento específico da Distância de



Transporte (DT) ou da demonstração do cálculo do binômio, uma vez que o custo logístico já se encontra contemplado no valor global da cotação apresentada.

Tal entendimento encontra respaldo nos princípios da economicidade, competitividade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a composição de preços com base em cotações de mercado que já contemplem custos logísticos e comerciais, desde que devidamente comprovadas e compatíveis com os valores praticados no mercado, conforme destacado nos Acórdãos nº 2.205/2016-Plenário, nº 19/2017-Plenário e nº 2.265/2020-Plenário.

Diante do exposto, encaminham-se anexas as cotações revisadas, devidamente formalizadas e assinadas eletronicamente pelos respectivos fornecedores, sanando os apontamentos anteriormente identificados.

Nesse contexto, restam devidamente esclarecidos e sanados os apontamentos constantes da diligência, tendo a licitante promovido a atualização e a regularização das cotações apresentadas, conforme documentação ora anexada.

Ressalta-se que as adequações realizadas não implicam qualquer alteração da essência da proposta, mas apenas visam complementar e conferir maior clareza às informações inicialmente apresentadas, garantindo a adequada comprovação dos valores praticados no mercado.

Cumprе destacar que as providências adotadas estão em consonância com os princípios da economicidade, competitividade e eficiência que regem as contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando que a proposta apresentada reflita condições comerciais vantajosas para a Administração Pública, sem prejuízo da transparência e da regularidade do certame.

Assim, diante dos esclarecimentos e documentos apresentados, requer-se o acolhimento da presente manifestação, com o reconhecimento do atendimento aos apontamentos formulados e o regular prosseguimento do certame.

Goiânia, assinado e datado eletronicamente.

TULSA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 40.496.619/0001-53
SÓCIO ADMINISTRADOR
GABRIEL PARREIRA MACHADO
CPF: 041.145.221-58

